

Identidade e representação: uma proposta de protocolo de pesquisa em comunicação sob a perspectiva dos estudos culturais¹

Débora Flores Dalla Pozza²

Flavi Ferreira Lisbôa Filho³

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

O presente trabalho representa um esforço de reflexão teórica sobre aproximações entre os estudos culturais e o campo da comunicação. Para tanto, reconhece os conceitos de identidade e representação como alternativas de se contemplar um protocolo para pesquisas em comunicação que se encontrem alinhadas teórica e metodologicamente à perspectiva dos estudos culturais. O percurso desenvolvido traz autores como Hall (1997a, 1997b, 2003), Woodward (2014) e Escosteguy (2010), articulando-os ao campo da comunicação a partir de Braga (2011), França (2001) e Martino (2001). Finalmente, sob a ótica de Freire Filho (2005), aborda-se a relevância de problematizar as representações que a mídia constrói, mantém e revisa sobre as identidades contemporâneas.

Palavras-chave: Comunicação; Estudos culturais; Identidade; Representação.

Introdução

Os estudos culturais configuram-se como um campo interdisciplinar ou até antidisciplinar que converge em certos pontos de vista, tais como o reconhecimento da cultura como espaço de construção, compartilhamento e transformação de significados na sociedade, bem como uma rede de práticas e relações que constitui a vida cotidiana. Esse viés – bastante amplo e plural – valoriza a produção ativa da cultura pelos sujeitos (revisando a ideia do consumo passivo de bens simbólicos), enfatiza as culturas populares, cotidianas e as subculturas como locais de resistência social e considera os contextos das instituições, das relações de poder e da história que envolvem as expressões culturais (ESCOSTEGUY, 2010). Assim podemos sintetizar as principais

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Diretora de Produção da Televisão Universitária da mesma instituição – TV Campus. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Audiovisualidades. Contato: debora.dpozza@gmail.com.

³ Professor do Departamento de Ciências da Comunicação, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Audiovisualidades. Contato: flavilisboa@gmail.com.

características e preocupações desta tradição, que traz em seu bojo um projeto político, reconhecida como estudos culturais.

Mas como esse campo, marcadamente interdisciplinar, se aproxima da comunicação enquanto disciplina? Os textos dos teóricos fundadores dos estudos culturais já contemplavam os meios de comunicação de massa como temática ou objeto de investigação, tendência que se manteve nas produções do campo ao longo de seu desenvolvimento, entretanto isso não é suficiente. A comunicação como disciplina acadêmica aponta para a tradição de um ângulo especial para olhar a sociedade, conferindo protagonismo ao processo comunicativo no desenvolvimento das pesquisas na área (BRAGA, 2011).

O caminho para os trabalhos em comunicação que contam com o aporte dos estudos culturais parece ser direcionar a abordagem de pesquisa, dando centralidade ao ângulo prioritário da comunicação, considerando o contexto e os processos culturais e sociais que envolvem os produtos midiáticos. Tendo em vista essa premissa, a alternativa proposta neste texto é que as noções de identidade e representação possibilitam o desenvolvimento de um protocolo analítico, por articular cenários maiores de processos de identificação cultural com a representação enquanto materialização dos sentidos que circulam socialmente em formas culturais e midiáticas específicas.

Para elaborar tal proposição, o presente estudo pontua questões como: o que são os estudos culturais; quais as características e perspectivas desse campo; como se dá sua relação com a comunicação enquanto disciplina do conhecimento em processo de constituição; tendo em vista esse vínculo, como é possível conceber as noções de identidade e representação; e como articulá-las à problematização das representações midiáticas de identidades contemporâneas.

Vislumbrar as conexões e aproximações entre estudos culturais e comunicação configura-se um necessário exercício para os pesquisadores dos fenômenos midiáticos que se alinham à perspectiva cultural. Tem desdobramentos em termos de repensar a abordagem do objeto de pesquisa para manter a ênfase da análise no processo comunicativo e, a partir disso, problematizá-lo com a estrutura contextual, evitando o risco de diluir o estudo na questão cultural.

Estudos culturais: perspectiva teórico-metodológica e projeto político

Os estudos culturais são um campo de pesquisa diverso e heterogêneo que se dedica a observar as relações entre sociedade e cultura. A forma ampla como entende a cultura constitui a diferenciação dessa perspectiva em relação a outras e é central para compreender todo seu escopo de trabalho: trata-se de um processo integral em que práticas, relações e significados são construídos, mantidos e revistos na vida social, por meio da produção ativa dos sujeitos, o que inclui e legitima a cultura do cotidiano, comum ou ordinária (ESCOSTEGUY, 2010).

Como indica Escosteguy (2010), tal noção questiona o estabelecimento de hierarquias entre formas e práticas culturais, relacionadas ao dualismo alta/baixa cultura, e valoriza o papel dos indivíduos na produção (e não apenas reprodução ou consumo passivo) de formas culturais, o que incide em um olhar sobre o âmbito popular como espaço, para além de submissão, também de resistência e negociação. Além disso, leva em conta o contexto das instituições, das relações de poder e da história que envolvem as expressões culturais. Portanto, a prática nos estudos culturais tem em vista a tensão entre a capacidade criativa dos sujeitos e o peso das estruturas que influenciam tanto essa capacidade como os produtos simbólicos que circulam socialmente.

Quanto à constituição histórica do campo, a versão dominante sobre sua origem remonta ao final dos anos 1950 e início dos 1960 na Inglaterra e posterior organização institucional com a criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies – CCCS*, na Universidade de Birmingham (ESCOSTEGUY, 2010). Embora no início o foco tenha recaído sobre a sociedade inglesa, os estudos culturais formaram e inspiraram pesquisadores mundo afora. A expansão do projeto para outros territórios, incluindo a América Latina, promove sua descentralização, com mudança de contornos e especificidades de acordo com o contexto sócio-histórico e político de cada lugar.

Já que tais estudos surgem como consequência da insatisfação com os limites de algumas disciplinas científicas, seria um tanto contraditório configurarem uma nova disciplina, pois propõem a interdisciplinaridade e até a antidisciplinaridade:

Os processos culturais não correspondem ao contorno do conhecimento acadêmico na forma como ele existe. Nenhuma disciplina acadêmica é capaz de apreender a plena complexidade (ou seriedade) da análise. Os estudos culturais devem ser interdisciplinares (e algumas vezes antidisciplinares) em sua tendência (JOHNSON, 2006, p.22).

Em uma reflexão sobre a prática, o posicionamento institucional e o projeto dos estudos culturais, Hall (2003) admite a variedade de perspectivas teóricas e de metodologias, mas alerta que não se pode cair em um pluralismo simplista. Há uma vontade de conexão entre os trabalhos, de se definir e defender certos posicionamentos.

Um dos principais diz respeito à organização do campo enquanto movimento teórico-político, assumindo a dimensão política das pesquisas e a compreensão de que estudar a cultura pode ser uma porta de entrada para entender a sociedade e transformá-la. O pesquisador não é visto como um observador neutro, puramente objetivo, nem se abstrai sua condição de sujeito político, responsável socialmente pela realidade em que vive (ESCOSTEGUY, 2010).

É possível associar essa posição à influência que algumas questões marxistas tiveram na formação da agenda dos estudos culturais, o que não significa adesão irrestrita ao marxismo, em termos teóricos. Pelo contrário, o campo se focou nas insuficiências teóricas e políticas que reconhecia para estabelecer seu lugar de fala (HALL, 2003). Por exemplo, criticou o determinismo econômico e o modelo de infraestrutura e superestrutura por vincularem as formas de consciência, as instituições e as práticas políticas e culturais exclusivamente aos modos econômicos de produção, à “base real” da sociedade. Por sua vez, propôs que as formações simbólicas, os significados e práticas compartilhados entre os sujeitos, constituintes e constituidores da cultura, possuem um papel tão central como a esfera econômica.

Entretanto, com a incorporação das ideias do marxista Antonio Gramsci, Hall (2003) identifica que os estudos culturais avançaram em diversas questões, especialmente em relação a sua posição institucional e prática a partir do conceito de “intelectual orgânico”. Tal noção implica que o pesquisador atue simultaneamente em duas frentes: na vanguarda do trabalho teórico, buscando conhecimento de forma profunda; e na multiplicação desses saberes, transmitindo-os àqueles que não pertencem à classe intelectual. Essa ideia inspirou o campo a perseguir que os avanços teóricos fossem acompanhados pelo envolvimento no nível político. A busca por manter questões teóricas e políticas numa tensão constante define os estudos culturais como projeto (HALL, 2003).

Outro ponto de convergência dentro dos estudos culturais é o terreno de investigação. Por um lado, há multiplicidade de objetos de pesquisa, mas é possível sintetizar que eles se circunscrevem aos temas relacionados às culturas populares ou

subculturas, aos meios de comunicação de massa e às identidades, tanto de classe e sexuais como étnicas e geracionais, entre muitas outras variáveis (ESCOSTEGUY, 2010).

Estudos culturais e comunicação: uma articulação consolidada

Desde os textos fundadores dos estudos culturais, a relação entre meios de comunicação e sociedade estava contemplada. No entanto, a partir da segunda metade dos anos 1970, os meios passaram a deter uma atenção crescente no contexto inglês, primeiro com a análise dos textos midiáticos e na sequência com os estudos de audiência, área que despertou grande interesse de pesquisa, principalmente por romper com a concepção passiva dos receptores.

Novamente, o aporte de Gramsci é fundamental para o campo, pois fornece a noção de hegemonia para associar aos usos e efeitos dos meios de comunicação na sociedade. A hegemonia pressupõe a conquista do consentimento e implica interações, transações e cruzamentos de natureza complexa entre as culturas populares e a cultura hegemônica. Assim, revisa-se completamente o entendimento pragmático dos meios como instrumentos de manipulação e são “estudadas as estruturas e os processos através dos quais os meios de comunicação de massa sustentam e reproduzem a estabilidade social e cultural” (ESCOSTEGUY, 2006, p.147). Isso mostra como, apesar da tendência à hegemonia (estabilidade), a mudança pode ser construída dentro do sistema. Em alguns momentos, a cultura popular reproduz a concepção das classes hegemônicas, em outros resiste e contesta a mesma. A hegemonia é sempre um processo dinâmico, renovado continuamente, tanto defendido como modificado.

A problemática do poder e da hegemonia também entra em jogo na investigação dos meios de comunicação desenvolvida pela vertente latino-americana dos estudos culturais. A análise dos meios é considerada como pesquisa em comunicação, mas relacionada à cultura e aos processos políticos (ESCOSTEGUY, 2010). Tal movimento indica para um olhar, associado à tradição dos estudos culturais, que vê a comunicação na cultura ou a comunicação como uma questão de cultura, indo contra uma perspectiva que simplesmente a reduz a explicações causais e funcionais. Exemplos são os estudos de Jesús Martín-Barbero sobre as mediações na recepção das telenovelas; as análises de Néstor García Canclini a respeito das culturas híbridas, populares e da relação entre consumo e exercício da cidadania; o trabalho de Guillermo Orozco Gómez sobre as

mediações na recepção infantil; ou as leituras de Beatriz Sarlo sobre a televisão e as cenas da vida pós-moderna.

Esse olhar é reconhecido pelos pesquisadores da comunicação enquanto perspectiva teórica. França (2001) inclui os estudos culturais no rol das iniciativas que buscam investigar a comunicação com pretensão científica: em um breve panorama histórico delineado sobre os primeiros estudos em tal área, salienta que eles analisam a produção cultural, e nisso incluem-se os meios, no contexto das práticas cotidianas. Já sobre a pesquisa em comunicação, a autora considera que não há uma tradição estabelecida ainda, pois falta clareza sobre qual é objeto do campo e seus métodos de abordagem. Por isso, não trata a comunicação enquanto disciplina. Segundo ela, o que existe é um razoável conjunto de conhecimento específico sobre o tema organizado de forma agrupada.

Em um trabalho publicado dez anos após o de França (2001), Braga (2011) avalia que já se pode assumir a comunicação como uma disciplina em processo de constituição, pois reconhece que ela formou a tradição de um ângulo especial para olhar a sociedade. Esse é o ângulo prioritário da comunicação, que destaca e problematiza a dimensão comunicativa dos diversos procedimentos humanos em vez de reservar à comunicação o papel de coadjuvante, “enquanto processo que faz funcionar alguma outra atividade ou instância de interesse social humano” (BRAGA, 2011, p.67). O pesquisador observa, entretanto, que na prática das pesquisas nem sempre se nota uma distinção rigorosa em relação ao ângulo, o que demonstra que ele não é rigidamente unificado, mas é possível tomá-lo como um horizonte de referência. No presente trabalho, adota-se a posição de Braga (2011) quanto à comunicação como disciplina em constituição, por perceber relevante desenvolvimento da pesquisa nessa área em contexto brasileiro e internacional nas últimas duas décadas e consequente amadurecimento e delineamento como disciplina.

Conforme dados do último relatório de avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sobre a área de Ciências Sociais Aplicadas⁴ – na qual se enquadra a comunicação –, em 2013, o Brasil contava com 63 cursos de pós-graduação em comunicação, sendo 20 Doutorados, 42 Mestrados Acadêmicos e um Mestrado Profissional. Destaca-se que entre os anos 2000 e a última

⁴ Relatório disponível em: <www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4662-ciencias-sociais-aplicadas-i>. Acesso em 23 set. 2016.

década, o crescimento foi de mais de 20 cursos, o que contribui incisivamente para a geração de conhecimento no e a partir do campo.

Quanto ao objeto dessa disciplina em constituição, tem-se a indicação, com Martino (2001), de que ele reside nos processos comunicacionais dentro da cultura de massa, mas que a característica mais própria da disciplina é a perspectiva de interpretação baseada no quadro teórico dos meios de comunicação, ou seja, a leitura do social feita a partir dos meios. Tal entendimento parece muito alinhado ao ângulo prioritário da comunicação, sugerido por Braga (2011). A colocação de França (2001), soma-se nesse sentido: o objeto é justamente uma construção a partir do processo de conhecimento que a comunicação, como conceito, desenvolveu.

Perspectivas de trabalho com ângulo prioritário da comunicação: identidade e representação como protocolo de pesquisa

Como garantir, então, esse ângulo prioritário da comunicação, essa leitura do social a partir da mídia nas pesquisas em comunicação que contam com o aporte dos estudos culturais? Escosteguy (2010, p.53) aponta que “o desafio para os investigadores da comunicação é [...] construir um discurso – a partir da comunicação – sobre os sujeitos sociais e suas práticas”. A autora argumenta que a combinação interdisciplinar construída pelos estudos culturais para observar a comunicação é particular, com uma visão que, diferente de outras disciplinas, compreende os fenômenos sociais como interdependentes, e não isolados.

No entanto, Braga (2011) alerta para o risco de se perder a especificidade da abordagem com um objeto comunicacional mais amplo que os processos midiáticos, deixando a análise diluir-se na questão cultural. Mas se a comunicação se dá sempre em contexto, como considerá-lo sem cair em determinismos que relacionam os fenômenos comunicacionais como mera decorrência dos processos sociais? Para Braga (2011), o caminho é diferenciar, na cultura, o que é objeto de preocupações etnográficas e o que cabe à comunicação, e tomar esse último como central nos estudos, sem, para isso, abstrair a estrutura contextual. A seu ver, uma perspectiva que, no espaço cultural, importa para a comunicação como disciplina diz respeito às preocupações com a identidade cultural. O interesse da comunicação, nesse caso, não recai propriamente sobre a questão cultural, mas sobre as interações comunicacionais entre uma identidade e a mídia.

Coincidentemente, ao avaliar o ponto de encontro entre comunicação e estudos culturais, Escosteguy (2010) indica uma forte tendência para a reflexão sobre o papel dos meios na constituição das identidades contemporâneas, tendo como pano de fundo a intensa multiplicidade do sujeito no cenário de globalização. Neste sentido, a temática das identidades está no foco dos estudos culturais:

[...] esse debate torna-se um problema teórico a partir da modernidade quando a identidade passa a ser encarada como algo sujeito a mudanças e inovações. Esse tema está relacionado com a discussão sobre o sujeito e sua inserção no mundo; sobre os indivíduos e suas identidades pessoais – como nos constituímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros; sobre o deslocamento do indivíduo do seu lugar na vida social e de si mesmo. Esses movimentos e questionamentos acabam gerando tensões, instabilidade e ameaça aos modos de vida estabelecidos, conseqüentemente, a identidade cultural torna-se foco de questionamento (ESCOSTEGUY, 2010, p.145).

O conceito de identidade trabalhado pelos estudos culturais é intimamente relacionado à cultura. A identidade presume vinculação a determinados elementos culturais presentes no meio social. E a cultura, por sua vez, ao dar sentido à experiência, torna possível optar por subjetividades específicas dentre várias possíveis. Por isso, as identidades são circunstanciais, relativas a momentos históricos particulares, e não há como considerá-las fixas ou imutáveis. Nas sociedades contemporâneas, existe uma pluralidade de centros que servem como referência para a constituição das mesmas e não é possível deduzi-las somente pela posição de classe dos sujeitos, pois variáveis como gênero, raça, etnia, entre outras, também são extremamente relevantes no processo identitário. Além disso, pode haver contradições no interior das identidades que precisam ser negociadas entre os sujeitos que se sentem pertencentes à mesma (WOODWARD, 2014).

Hall (1997a, p.8, grifo nosso) também conecta as noções de identidade e cultura: para ele, a identidade não emerge simplesmente de uma dimensão subjetiva, de um centro interior, mas do “diálogo entre os conceitos e definições que são *representados* para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados”.

Assim, é inevitável falar em identidade sem falar em representação. Para Woodward (2014), a identidade é relacional, se estabelece pela diferença entre o que é “eu” e o que é “o outro”. Tal procedimento é possível por meio da marcação simbólica da distinção, em que se reconhecem semelhanças e contrastes, com o uso da linguagem

e dos sistemas de representação. Sistemas esses que atuam simbolicamente para organizar o mundo e as relações em seu interior, além de fornecer os lugares a partir dos quais os sujeitos podem se posicionar e falar, ou seja, quais identidades podem assumir. Por isso, a representação consiste em um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas.

O estabelecimento da identidade a partir da diferença também é tema da abordagem de Silva (2014) – que as considera como interdependentes, mutuamente determinadas entre si e produzidas por atos de fala, linguisticamente. Assim, “a identidade e a diferença não podem ser compreendidas [...] fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido” (SILVA, 2014, p.78). Como a linguagem não é um ente simétrico ou estável, tanto identidade como diferença estão sujeitas a relações de poder, disputas e imposições. E uma vez que a representação consiste em um sistema linguístico e cultural que atribui os significados que instauram identidades e diferenças na realidade social, tais relações também a constroem. Entender a dimensão dos vetores de força que envolvem os processos de diferenciação/identificação demanda admitir que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (ibidem, p.91).

Esse pressuposto é bastante alinhado ao posicionamento de Hall (2003), o qual defende que o simbólico é fonte de identidade e que a representação configura local de poder e de regulamentação. Por isso, a linguagem detém importância crucial em qualquer estudo da cultura. O autor problematiza ainda que é preciso analisar a natureza constitutiva e política da representação, sua textualidade, seus efeitos de linguagem e sua complexidade para buscar entender a tensão de por que algumas pessoas/identidades são representadas em detrimento de outras.

A representação, em linhas gerais, é usar a linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa para outra(s) pessoa(s) (HALL, 1997b). Trabalhando com uma perspectiva construcionista, Hall (1997b) esquematiza três diferentes ordens que são conectadas para que a representação se efetive: primeiro o mundo das coisas, pessoas e experiências; em segundo, o mundo conceptual, das noções que temos em mente; e os signos, que comunicam tais conceitos através das línguas.

Além de existirem em nossa mente, os significados têm efeitos práticos, organizam e regulam práticas e condutas sociais. A representação faz parte do processo

de dar significado a objetos, pessoas e eventos, e atua juntamente com a estrutura de interpretação dos indivíduos e da utilização que se faz das coisas nas práticas cotidianas. Representamos por meio das “palavras que usamos, as histórias que contamos acerca destas coisas, as imagens que produzimos, as emoções que associamos às mesmas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, os valores que lhes damos” (HALL, 1997b, p.3). E, mais do que isso, representamos tanto pelo que é mostrado quanto por aquilo que não é.

Como a representação consiste em procedimento que materializa os sentidos que circulam socialmente em formas culturais e midiáticas específicas e também agenda perspectivas para os sujeitos interpretarem a realidade, mostra-se relevante e necessário problematizar as representações que a mídia constrói, mantém, atualiza e revisa das identidades contemporâneas.

Freire Filho (2005), em um trabalho sobre as representações midiáticas de grupos marginalizados socialmente, fornece ideias para articular as questões da representação e identidade na análise dos meios de comunicação. Segundo ele, tanto pesquisadores como movimentos sociais se conscientizaram há algum tempo que a representação pode consistir em batalha simbólica das indústrias da cultura para falar por ou falar sobre minorias – grupos sociais cujas perspectivas são marginalizadas pelas estruturas de poder e pelos sistemas de significação dominantes:

A análise crítica [...] da representação distorcida de identidades sociais (classes, gêneros, orientações sexuais, raças, etnias, nacionalidades) se consolidou, desde a década de 1960, como um dos temas centrais da agenda dos estudos culturais e midiáticos. Tal inclinação teórica se harmoniza com a pauta de reivindicações dos novos movimentos sociais, notabilizados por uma preocupação profunda com a questão da identidade – o que ela significa, como é produzida e questionada (FREIRE FILHO, 2005, p.20).

Por reconhecer que a mídia e suas produções tem um papel significativo na formulação dos critérios e referenciais para a condução da vida e a localização dos sujeitos no mundo, ele pontua a importância de verificar como as imagens de grupos inferiorizados são concebidas, estruturadas e apresentadas pelo aparato midiático. Tanto a construção como a omissão de significados, identificações e conhecimentos envolvem a disputa pela hegemonia com consequências práticas na realidade social, como oportunidades de educação, emprego e participação na vida pública. Outro

desdobramento é a visão que os grupos fazem de si mesmos, o que acarreta nas demandas políticas que mobilizam ou deixam de pautar.

Uma das principais estratégias de construção simbólica que se percebe na mídia é a do estereótipo, que representa o “outro” de forma seletiva, parcial e simplista, de modo a “naturalizar, universalizar e legitimar normas e convenções de conduta, identidade e valor que emanam das estruturas de dominação social vigentes” (FREIRE FILHO, 2005, p.23). Os estereótipos atuam na imposição de um sentido de organização ao mundo social, colaborando com o discurso do senso comum, com a manutenção e reprodução das relações de poder e desigualdades e com a justificação de comportamentos preconceituosos e hostis. Muito disso porque reduzem a diversidade de características de um povo, um gênero, uma classe ou outro grupo a alguns poucos atributos supostamente determinados pela natureza, o que incentiva um conhecimento intuitivo, precipitado, baseado em uma falsa previsibilidade para interpretar o “outro”.

Na ampla maioria das vezes, essas modalidades de representação caem em juízos sobre comportamento, visão de mundo e história das identidades dos grupos sociais minoritários. Freire Filho (2005) indica introduzir a perspectiva histórica nos estudos culturais e midiáticos dos estereótipos, de modo compreender sua origem, por que foram produzidos e perduram. Além disso, adverte sobre os modelos metodológicos simplistas de análise, que reduzem uma variedade complexa de representações a um conjunto restrito de fórmulas, desconsiderando relações amplas entre contexto e materialidade simbólica.

Nesse sentido, é possível notar o alinhamento da proposta do autor com a dimensão contextual de análise e reflexão teórica incentivada pelo campo dos estudos culturais:

[...] um estudo efetivo sobre a representação das minorias na mídia não deve restringir-se ao mero levantamento estático de representações estereotipadas, sem maior embasamento histórico e teórico; é fundamental se interrogar sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, por que elas perduram e são produzidas, e, por fim, como vêm sendo (ou devem ser) questionadas e rechaçadas (FREIRE FILHO, 2005, p.27).

Analisar as representações – estereotipadas ou não – das identidades na mídia é uma via promissora para desenvolver um protocolo de pesquisa em comunicação trabalhando com estudos culturais exatamente por propiciar uma mirada prioritária sobre os meios de comunicação, considerando aspectos de suas condições de produção,

organização material/simbólica, tecnicidades, mas sem perder de vista questões de ordem teórica, histórica e contextual que vem à baila invariavelmente tanto na realização dos produtos midiáticos como na interpretação ou recepção junto ao público.

O aporte teórico e metodológico dos estudos culturais permite que se problematizem, para além das formas materiais em que as representações se constituem, as relações de poder às quais estão conectadas e os interesses mobilizados para representar determinadas identidades de formas específicas, enquanto se confere distinto tratamento a outras. Pensar em termos de identidade e representação trabalhando com os estudos culturais no campo da comunicação possibilita um olhar menos ingênuo às análises dos produtos midiáticos, por complexificar a abordagem e considerar os contextos diversos.

Considerações finais

Com esses apontamentos a respeito das possibilidades de representação que os grupos marginalizados e suas identidades encontram nos meios de comunicação, seja pela geração de estereótipos ou, por outro lado, pelos novos espaços de circulação dos discursos alternativos, fica clara a viabilidade e a importância de abordar as representações midiáticas das identidades contemporâneas, especialmente aquelas excluídas, omitidas ou silenciadas socialmente. O conceito de hegemonia, recuperado do marxismo pelos estudos culturais, configura em recurso para apoiar a problematização das imagens fornecidas pela mídia e que vêm à tona com as análises.

Outras noções bastante mobilizadas pela perspectiva dos estudos culturais também acrescentam nas pesquisas em comunicação ao possibilitar o pensamento e a articulação das informações obtidas pela investigação dos objetos comunicacionais com processos culturais e sociais maiores, mas relacionados, interdependentes da materialidade simbólica sob enfoque.

Assim, o movimento que os estudos culturais promovem na pesquisa em comunicação é interessante por não se deter no produto midiático isoladamente, mas situá-lo em um contexto maior de política de identidades, culturas vividas, disputas por poder, histórias particulares, entre outras dimensões.

No entanto, é preciso estar alerta para que o contexto seja considerado, mas não a ponto de se perder o foco comunicacional, ou estipular relações deterministas entre as materialidades dos meios e os fenômenos sociais que os envolvem. O mote situa-se no cuidado em observar o ângulo prioritário da comunicação durante o percurso de

pesquisa. É possível que existam diversas formas de efetivar isso com os estudos culturais, mas a alternativa proposta aponta para a identidade e a representação como bases consolidadas para a elaboração de protocolos de pesquisas no campo da comunicação.

Referências

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Revista Verso e Reverso**, XXV (58) p.62-77, janeiro-abril 2011.

ESCOSTEGUY, Ana C. **Cartografias dos estudos culturais**: Uma versão latino-americana (ed. on-line). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Estudos Culturais: Uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.133-166.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação: a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.; FRANÇA, V. **Teorias da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 28, 2006.

HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003. p. 199-218.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997a.

_____. The Work of representation. In: Hall, S. (Ed.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage Publications, 1997b.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.07-131.

MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.; FRANÇA, V. **Teorias da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.